

Fecho de contas 2017

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade

Patronato Nossa Senhora da Conceição

1.2 Sede

Vilarinho de São Romão

5060-630 Vilarinho de São Romão

1.3 Natureza da Atividade

Fundação

2 PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto da NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

2.3 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

2.4 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevantes nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3 PROVEITOS/RÉDITOS

3.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos proveitos incluindo métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestações de serviços

O proveito encontra-se mensurado pelo justo valor de retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O proveito compreende os montantes faturas líquidos de abatimentos e descontos.

Quantia de cada categoria significativa de proveito reconhecida durante o período:

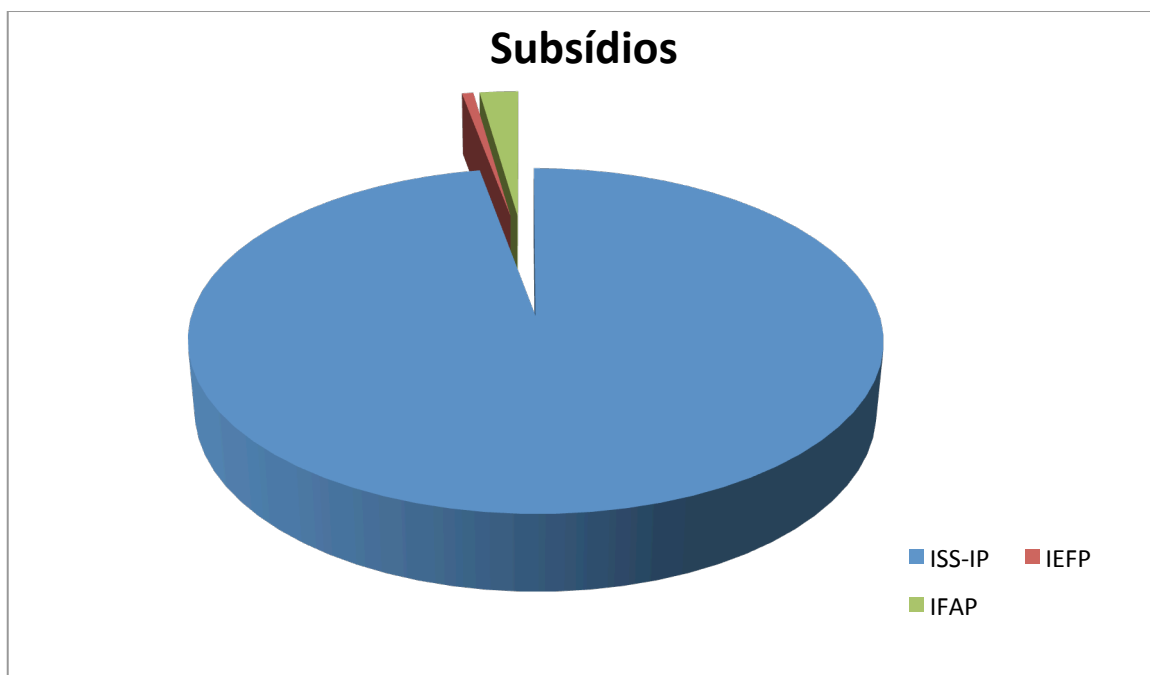
Quantias dos reditos reconhecidos no período	Ano 2017	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face aos reditos reconhecidos no período
Vendas	19.651,80€	7,8%
Prestação Serviços	55.111,45€	21,9%
Subsídios	152.974,80€	60,7%
Outros	22.010,13€	8,7%
Juros DP	2.357,85€	0,9%
TOTAL	252.106,03	100%

4 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

4.1 Política contabilística dotada para os subsídios do governo, incluindo os métodos de apresentação adaptadas nas demonstrações financeiras

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do exercício de 2017 ascendem a 152.974,80€, atribuídos pelas seguintes entidades:

Subsídios	Valor (em euros)	Percentagem (%)
ISS- IP	148.564,34	97,1
IEFP	1.007,41	0,7
IFAP	3.403,05	2,2
TOTAL	152.974,80	100



5 GASTOS DO EXERCICIO

5.1 Calculo dos gastos dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custos do Pessoal e outros gastos e perdas

Quantia dos gastos reconhecidos no período	Ano 2017	
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face aos gastos reconhecidos no período
CMVMC	13.021,35€	5,4%
FSE	52.599,25€	21,9%
Custos Pessoal	171.128,29€	71,1%
Outros	3.907,33€	1,6%
TOTAL	240.656,22€	100%

5.2 Cálculo das amortizações

Designação	Valor (em euros)
Edifícios	9.458,57
Terrenos	195,03
Eq. Básico	49,88
Eq. Administrativo	33,54
Outros	768,29
Projecto	733,26
TOTAL	11.238,57

6 Resultado do exercício

O resultado final do exercício 2017 foi positivo no valor de 211,24€. Assim propõe-se que este valor seja transferido para os resultados transitados.

Designação	Valor (em euros)
Proveitos (+)	252.106,03
Gastos do Exercício (FSE, CP, e outros) (-)	240.656,22
Amortizações (-)	11.238,57
Resultado Esperado	211,24